

## **DECRETO Nº 46**

*de 02 de março de 2021*

### **DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A Prefeita Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o inciso VII do artigo 76 da Lei Orgânica do Município e com base na Lei de Licitações n. 8.666/93;*

*DECRETA:*

#### **Art. 1º.**

*Fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis e de Valor Locatício de Bens Imóveis, órgão consultivo e deliberado, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, que terá as atribuições constantes neste Decreto.*

**Art. 2º.** *A Comissão será composta por 03 (três) membros nomeados pela Prefeita Municipal e respectivos suplentes, sendo dois membros e suplentes obrigatoriamente do quadro efetivo da Prefeitura Municipal;*

**I. 01** *(um) Corretor de Imóveis do quadro efetivo da Prefeitura ou 01 (uma) arquiteta do quadro da Prefeitura Municipal,*

**Titular: WILSON MOLINA DE BRITO - CRECI Nº 9277 - MS**

**Suplente: BEATRIZ LOUREIRO FERREIRA - CAU/MS 199009-8.**

**II. 02 (dois) membros do quadro efetivo da Prefeitura Municipal:**

**Titulares: VANUSA GOMES DE LIMA e DOUGLAS HOFFMESTER BRAGA;**

**Suplente: JAIR GONÇALVES LOPES DOS SANTOS e JAIME MEDEIROS ECHEVERRIA**

**Art. 3º.** A investidura dos servidores especificados nos art. 2º deste Decreto não excederá ao prazo de 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros na respectiva função.

**Art. 4º.** Os membros da comissão que não detém competência para a realização de avaliações, arbitramentos , vistorias e perícias, somente estarão incumbidos de auxiliar o profissional com o fornecimento de subsídios para as peças e/ou documentos a serem elaborados.

**Art. 5º.** São atribuições da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e de Valor Locatício de Imóveis:

**I.**

*avaliar imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, passíveis de venda, doação, permuta ou dação em pagamento;*

**II.** *avaliar imóveis para fins de desapropriação, recebimento em doação, permuta , comodato, locação, dação em pagamento ou instituição de servidões.*

**III.** *avaliar áreas urbanas remanescentes de obra pública ou resultante de modificação de alinhamento;*

**IV.** *verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação ou arrendamento de imóveis particulares pelo Poder Público, em como eventuais pedidos de reequilíbrio;*

**V.** reavaliar bens imóveis objeto de processos de desapropriação ainda não liquidados;

**VI.** sugerir medidas, com os subsídios necessários, para a apreciação da Prefeitura Municipal, inclusive sobre a contratação de perícias e laudos que entenderem necessários;

**VII.** assessorar sempre que necessário a Prefeitura Municipal, os Secretários Municipais, a Assessoria Jurídica e a Procuradora do Município.

**Art. 6º.** Os laudos de avaliação deverão ser elaborados de acordo com as Normas da ABNT e legislação vigente.

**Parágrafo único.** . A Comissão poderá solicitar a contratação de peritos externos nos casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, utilizando os laudos contratados para a composição da avaliação.

**Art. 7º.** Os "Laudos de Avaliação" e demais documentos técnicos serão elaborados e assinados pelo profissional habilitado e nomeado para compor a comissão.

**Art. 8º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM-MS, 02 DE MARÇO DE 2021.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBAHCER  
Prefeita de Jardim  
/ MS

---

Decreto Nº 46/2021 - 02 de março de 2021

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*